



RACISMO NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

RACISM IN BRAZILIAN SCHOOLS

CAROLINA COUTINHO DEL PINO

RESUMO

Este artigo aborda o racismo na escola, traz reflexões sobre as práticas pedagógicas que, mesmo não intencionais, perpetuam a exclusão de conteúdos e vivências importantes para os alunos afrodescendentes. Na atual conjuntura política, econômica e social brasileira, é muito relevante pensar no racismo estrutural que se encontra, muitas vezes, nas instituições de ensino. Ao longo da história percebe-se negação e desvalorização da cultura negra, e de outras etnias, tentando imprimir a veracidade na história da elite dominante. Deveria ser na escola, que o racismo fosse discutido, já que a cada hora faz vítimas no país. Mas, o que se vê, é uma educação excludente que ainda traz por meio de livros, atividades e conteúdos, a visão do colonizador branco.

Palavras-chave: Racismo; Escola; Discriminação; Diversidade.

ABSTRACT

This article addresses racism in schools, reflecting on pedagogical practices that—even if unintentional—perpetuate the exclusion of content and lived experiences relevant to students of African descent. In the current Brazilian political, economic, and social landscape, it is crucial to consider the structural racism often found within educational institutions. Throughout history, there has been a denial and devaluation of Black culture—as well as that of other ethnic groups—in an attempt to validate the narrative of the

dominant elite. Schools should be the place where racism is discussed, given that it claims victims in the country every hour. However, what we see instead is an exclusionary educational system that continues to present the white colonizer's perspective through textbooks, activities, and curriculum content.

Keywords: Racism; School; Discrimination; Diversity.

INTRODUÇÃO

A escola deveria ser espaço privilegiado de debates e reflexões sobre racismo, pois é um tema recorrente na sociedade brasileira, mas o que se percebe é que há pouca discussão sobre a história e cultura africana em prol da cultura europeia, dos colonizadores do Brasil.

Mesmo com a obrigatoriedade da lei nº 10.639/2003 implantada pelo governo federal, que instituiu o ensino de História e da Cultura Afro-brasileira em todas as escolas do Ensino Fundamental e médio, é pouco conteúdo discutido ou até mesmo trabalhado, reduzindo a atividades perto do dia 13 de maio (Data da Lei Áurea). A atividade é relegada a uma data comemorativa.

Assim, é muito importante que os brasileiros conheçam a história e cultura africana, pois neste país, tem-se muitos descendentes. Aqui, não se defende uma cultura em detrimento da outra, mas se espera a construção de uma identidade brasileira que trate as culturas originárias com respeito e igualdade.

Há um mito que não existe racismo, que se vive em uma democracia racial e que todos são iguais. Porém, o que se observa cotidianamente, são casos e mais casos de discriminação, quer apareçam nos jornais, nas redes sociais ou até mesmo nos corredores da escola. Para que isso seja amenizado, este artigo aborda práticas pedagógicas que combatem o racismo e apresenta um aprofundamento sobre as leis que amparam a sociedade democrática e igualitária.

RACISMO NA ESCOLA

Até um tempo atrás, a escola não discutia e nem trabalhava com o tema cultura afro-brasileira e nem indígena. Foi por meio de leis que a obrigatoriedade de se discutir estes assuntos foi implantada.

Em forma de data comemorativa, as escolas passavam o conteúdo do final da escravidão na data da assinatura da Lei Áurea (13 de maio de 1888), enaltecendo a princesa Isabel pela própria benevolência, até 1970 ela era festejada como a verdadeira responsável pela abolição da escravidão no Brasil, quando se começou a questionar o papel dela na assinatura da lei.

Atualmente, as escolas incorporaram a data 20 de novembro em comemoração ao dia da Consciência Negra, lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011, data provável da morte de Zumbi, como uma data de reflexão.

O Dia da Consciência Negra é considerado importante no reconhecimento dos descendentes africanos e da construção da sociedade brasileira. A data, dentre outras coisas, suscita questões sobre racismo, discriminação, igualdade social, inclusão de negros na sociedade e a cultura afro-brasileira, assim como a promoção de fóruns, debates e outras atividades que valorizam a cultura africana.

Aqui nota-se que a lei, vigente em território nacional, foi aprovada tardiamente, apenas em 2.011. Amorim (2007) afirma que:

[...] a escola na atualidade tem como desafio a inclusão das diferentes pessoas, seja no âmbito das relações, seja no atendimento das necessidades individuais e coletivas. Neste sentido, faz-se necessário que todos os envolvidos com a educação estejam preparados para vivenciar no cotidiano das instituições de ensino alternativas de práticas que ajudem a formar seres humanos mais solidários e que saibam conviver com as diferenças (AMORIM, 2007, p.216).

Desde a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) de 1.996, a educação tenta inserir a temática de cultura indígena e afro-brasileira nos currículos, porém há muita pressão pelos conservadores que isto não seja feito, afinal o objetivo da elite é manter o oprimido no lugar de subjugado.

Porém muitos setores da sociedade também pressionam pela inserção destes assuntos, pois a maioria dos brasileiros tem como herança, traços africanos e indígenas. A própria Constituição de (1.988) garante os estudos destes assuntos.

Um avanço para este tema foi a Lei 10.639 que versa sobre a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, tendo a inclusão da cultura indígena com a lei 11.645, em 2008.

Contestando o modelo de educação, que favorece a manutenção do poder da elite, a educação tornou-se alvo de embates e ditadura.

O desafio nos dias atuais, mesmo com a garantida constitucional da liberdade de cátedra, é o professor poder inserir e refletir sobre o racismo nas aulas. O desafio é profundo, apesar de existirem leis específicas para que a opressão das culturas não hegemônicas seja superada.

Considerar a diversidade não significa negar a existência de características comuns, nem a possibilidade de constituirmos uma nação, ou mesmo a existência de uma dimensão universal do ser humano. Pluralidade Cultural quer dizer a afirmação da diversidade como traço fundamental na construção de uma identidade nacional que se põe e repõe permanentemente, e o fato de que a humanidade de todos se manifesta em formas concretas e diversas de ser humano. (PCN, 2001, p. 16)

Para se dimensionar o quanto a cultura legitimada pelos grupos que estão no poder exerce influência nas práticas escolares, observa-se ataques massivos aqueles professores que tentam incluir a religião de matriz africana como objeto de estudo. Mas, estes mesmos grupos apoiam músicas, festas e encontros cristãos nos corredores da escola.

Não há priorização do entendimento das formas de organização das tribos indígenas e as relações que estabeleciam entre si, antes, durante e depois da invasão dos portugueses, bem como da cultura, manifestações artísticas, filosóficas, linguísticas e musicais, manutenção dos recursos naturais, dentre outros elementos.

Na atual situação política brasileira, os indígenas continuam sendo marginalizados e destituídos de qualquer direito civil.

Ambas, desigualdade social e discriminação, se articulam no que se convencionou denominar “exclusão social”: impossibilidade de acesso aos bens materiais e culturais produzidos pela sociedade, e de participação na gestão coletiva do espaço público — pressuposto da democracia. Por esse motivo, já se disse que, na prática, o Brasil não é uma sociedade regida por direitos, mas por privilégios. Os privilégios, por sua vez, assentam-se em discriminações e preconceitos de todo tipo: socioeconômico, étnico e cultural. Em outras palavras, dominação, exploração e exclusão interagem; a discriminação é resultado e instrumento desse complexo de relações. (PCN, 2001, p. 19)

Professores estão sendo ameaçados, denunciados e têm sofrido pressão de alunas e alunos, bem como de mães e pais, quando buscam sair do eixo de conhecimento euro-estadunidense.

A inviabilização do negro, a difusão de um imaginário negativo em relação ao negro dos significados positivos em relação aos brancos é estratégia de discurso racista observada como forma de discriminação no interior das escolas, via livros didáticos e literatura infanto-juvenil [...] (SILVA, 2008, p. 95).

Num contexto infeliz, docentes cientes de seu papel e, também, do papel transformador da educação podem sofrer pressão, até mesmo, de seus pares e de suas chefias, por estarem cumprindo a lei. Assim, muitos educadores preferem então, dar continuidade na história contada pelos dominantes para não se verem comprometidos.

Mudar mentalidades, superar o preconceito e combater atitudes discriminatórias são finalidades que envolvem lidar com valores de reconhecimento e respeito mútuo, o que é tarefa para a sociedade como um todo. A escola tem um papel crucial a desempenhar nesse processo. Em primeiro lugar, porque é o espaço em que pode se dar a convivência entre crianças de origens e nível socioeconômico diferentes, com costumes e dogmas religiosos diferentes daqueles que cada uma conhece, com visões de mundo diversas daquela que compartilha em família. Em segundo, porque é um dos lugares onde são ensinadas as regras do espaço público para o convívio democrático com a diferença. Em terceiro lugar, porque a escola apresenta à criança conhecimentos sistematizados sobre o País e o mundo, e aí a realidade plural de um país como o Brasil fornece subsídios para debates e discussões em torno de questões sociais. A criança na escola convive com a diversidade e poderá aprender com ela. (PCN, 2001, p.21)

Reconhecer e valorizar os diferentes grupos étnicos presentes na sociedade, em lugar de apresentar apenas as contribuições das pessoas brancas, é fundamental para expor as desigualdades estruturais que perduram até hoje e para problematizar a falsa ideologia da harmonia racial. Os negros e os indígenas tiveram, e continuam tendo, papel importante na história e na construção da sociedade brasileira.

Mesmo assim, esse papel precisa ser evidenciado, no mínimo, no mesmo nível do papel exercido pelo homem branco.

Abrir o diálogo estruturado, crítico e democrático é uma maneira de dar voz àqueles que vivenciam o racismo no cotidiano, seja na vida comunitária, na escola, na família ou nas redes sociais. Todo o processo de ensino e aprendizagem é permeado pelas experiências raciais.

Ou seja, quando não se dá visibilidade à elas, os alunos perdem a compreensão histórica da diversidade étnico-racial na formação da sociedade brasileira. Ou seja, a representatividade é muito importante.

Alguns estudos publicados vêm demonstrando sistematicamente que os negros obtêm piores resultados que os brancos nos indicadores educacionais. Proporcionalmente, maior número de escolares negros evade da escola ou apresenta atraso escolar, seja pela entrada tardia na instituição, seja devido às contínuas repetências (SOUZA, MOTTA, 2002, p. 43).

Há avanços e retrocessos na educação inclusiva da história das raças, principalmente no Brasil, mas isso serve como alavanca para novas reflexões e debates a fim de acabar com o racismo estrutural e avançar na educação que promove igualdade a todos.

ESTRATÉGIAS DE COMBATE AO RACISMO NA ESCOLA

Segundo Souza e Motta (2002), uma maneira de combater o racismo na escola é conhecer e valorizar a pluralidade étnico-racial brasileira; valorizando as várias culturas presentes no país; reconhecendo as qualidades de cada cultura, valorizando-as criticamente; repudiando todo tipo de discriminação seja ela de ordem religiosa, étnica, sexual, entre outras; valorizando um convívio pacífico e criativo entre os diferentes; por fim compreendendo a desigualdade como um problema social passível de mudanças.

Estudos e formação continuada também são necessárias para que os professores possam refletir sobre o material fornecido para as aulas, principalmente aqueles que abordam a perspectiva eurocentrista.

Outra forma de manifestação não-direta de discriminação é a centralidade dos currículos em perspectiva eurocêntrica (simbólica), que valoriza os aspectos de origem e influência da Europa, tomada como *lócus* da civilização. Paralelamente, os legados de outras origens são

desconsiderados e/ou desvalorizados. O movimento negro e pesquisadores negros mantêm como uma de suas reivindicações no campo da educação o ensino de história e cultura afro-brasileiras como forma de adequar o tratamento do patrimônio cultural negro nos currículos, e de dar visibilidade ao negro na sociedade brasileira (SILVA, 2008, p. 93-94).

Pesquisar e entender a história africana para que os alunos possam compreender melhor a formação do povo brasileiro. E isto se dá com debates sobre livros didáticos que ainda tem atitudes racistas nos conteúdos, quer sejam eles na literatura, geografia, história e etc.

O PCN- Pluralidade cultural deixa clara a necessidade de abordar esse tema; todavia, a grande questão é como fazê-lo sem ampliar os processos discriminatórios em nossa sociedade. É preciso muito debate, esclarecimento, denúncia e pesquisa. Desde 1988, discriminação racial é crime. Mas como comprovar isso, se não temos claro em nossa sociedade o que é discriminação racial? Algumas vezes, o que pode parecer uma simples brincadeira é, sem dúvidas um crime (SOUZA, 2001, p. 58).

A melhor forma de combate ao racismo é conhecimento. O ser humano, muitas vezes, teme e rejeita o que não conhece.

Conhecer pessoas e passar tempo com elas é uma forma de derrubar barreiras e preconceitos. Viagens de campo, feiras étnicas, festivais, ou simplesmente uma visita a um restaurante étnico próximo, podem ser oportunidades para essa interação.

Da mesma forma, convidar oradores negros para falar sobre o racismo. Uma coisa é aprender sobre África e seus povos numa aula expositiva, com o uso de um livro. Outra, bem diferente, é sentir, ouvir, tocar, vivenciar esta cultura apresentada por meio de músicas, instrumentos musicais, palavras e dialetos, contos populares, histórias pessoais de imigrantes, obras de arte, artesanato, alimentos, fotografias, tecidos e joias.

Promover e organizar debates sobre como o cruzamento de etnia, religião, cultura, geografia e status socioeconômico resulta em experiências de vida muito diversas para diferentes grupos de pessoas.

Aqui se coloca a sensibilidade em relação ao outro. Compreender que aquele que é alvo de discriminação sofre de fato, e de maneira profunda, é condição para que o professor, em sala de aula, possa escutar até o que não foi dito. Como a história do preconceito é muito antiga, muitos dos grupos vítimas de discriminação desenvolveram um medo profundo e uma cautela permanente como reação. O professor precisa saber que a dor do grito silenciado é mais forte que a dor pronunciada (PCN, 2001, p. 55).

A utilização de livros literários, por exemplo, ajuda a compartilhar experiências pessoais de diferentes indivíduos. Por isso, a escolha de títulos que tragam a diversidade étnico-cultural ser muito importante.

Se o professor evita os conflitos e desafios das diferenças humanas, pode passar a falsa mensagem de que tudo é só harmonia no mundo, já que todas as culturas são divertidas e interessantes.

Um bom trabalho social, com a participação dos alunos, pais e funcionários, pode ser um eficiente antídoto ao racismo se for capaz de promover a conscientização. Quando desenvolvido de forma contínua, esse trabalho desenvolve novos olhares sociais, com valorização da autoestima de crianças negras, indígenas, entre outras, na escola, e o reconhecimento de comportamentos desiguais e preconceituosos.

O cotidiano da escola permite viver algo da beleza da criação cultural humana em sua diversidade e multiplicidade. Partilhar um cotidiano onde o simples “olhar-se” permite a constatação de que são todos diferentes traz a consciência de que cada pessoa é única e, exatamente por essa singularidade, insubstituível (PCN, 2001, p. 53).

Combater o racismo é um trabalho constante que exige dedicação do professor. Este tema deve estar pautado tanto no plano político pedagógico (PPP), como nas reuniões pedagógicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo por meio de pesquisa bibliográfica, descreveu-se o racismo em vários ambientes, principalmente nas escolas brasileiras.

Entende-se que leis, a cultura e os saberes caminham conforme o grupo que ocupe o poder, mas, acredita-se que independente disso, a escola é espaço de reflexão e construção de discurso de empoderamento e questionamento de desigualdades. Foi preciso a criação de leis específicas para que fossem inseridos e trabalhados, na escola, saberes advindos dos povos oprimidos.

O estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena, mesmo obrigatório em todo o currículo escolar, se fosse realmente efetivado, permitiria aos alunos conhecerem as próprias raízes, criando novas formas de se relacionarem na sociedade.

Assim, os grupos conservadores temem perder a hegemonia que permite a exploração desenfreada do meio ambiente, o questionamento dos valores de uma única religião, a cristã (leia-se, cristã de manifestação branca), a superação das formas com as quais os recursos, as propriedades e os meios de produção são organizados. Para isso, tentam criminalizar a prática docente, as discussões nas escolas e atacar a diversidade e a luta por equidade.

Conclui-se então que este debate na escola deve promover a compreensão e aceitação do outro, com as diferenças e necessidades. Além de alertar a comunidade escolar, compreendida por pais, alunos, professores, direção, funcionários e familiares, para a necessidade de se atuar na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, na qual todos se sintam representados e respeitados nas próprias escolhas.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, R. M. de. **O ensino para educação das relações étnico-raciais**: um olhar para o cotidiano escolar. In: Revista História e Ensino vol.13. Londrina: Ed. UEL. 2007.
- AQUINO, J. G. **Diferenças e preconceitos na escola**, alternativas teorias e práticas. São Paulo; Sammus; 2001.
- BITTENCOURT, C. (org.) **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2005.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico - raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC/Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2004.
- FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1978. v.1 e 2.
- GOMES, N. L. Educação e Relações Raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, Kabengele. (org.) **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p.p. 143 a 154.
- LOPES, N. **O RACISMO explicado aos meus filhos**. Rio de Janeiro; Agir; 2007.
- MAGNOLI, D. **Uma gota de sangue história do pensamento racial**. São Paulo; Editora contexto; 2009.
- MENEZES, W. **O preconceito racial e sua repercussão na instituição escola**. São Paulo; 2002.
- MILOVIC, M; **Comunidade da diferença**. Rio de Janeiro; Editora Unijui; 2004.
- MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MUNANGA, K. e GOMES, N. L. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006 (Coleção para entender).

ROSEMBERG, F. Raça e desigualdade educacional no Brasil. In: AQUINO, J. G. (org.) **Diferenças e preconceitos na Escola: Alternativas teóricas práticas**. São Paulo: Summus Editorial, 1998.

SANTOS, L. C. dos. **A presença negra no Brasil**. In: Curso Educação Africanidades Brasil. Brasília: MEC, 2006.

SILVA, M. R. L. **Introdução à filosofia e educação**. São Paulo; Avercamp; 2007.

SILVA, P. V. B. **Racismo em livros didáticos na escola**, estudo sobre negros e brancos em livros de língua portuguesa; São Paulo; 2008.

SOUZA, I. S.; MOTTA, F. P. C.; FONSECA, D. **Estudos sociológicos e antropológicos**. São Paulo; 2002.

SOUZA, M. de M. e. **África e Brasil africano**. São Paulo: Ática, 2008.